

A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CRIMINAL EM ANGRA DOS REIS¹

Lucas Ferreira Andrade

Luan de Sousa Pereira

Eliane Melara

Introdução

Especialmente a partir da década de 1970, com a transição do modelo fordista de produção dos países centrais para o regime de acumulação flexível, houve uma grande mudança na divisão internacional do trabalho (DIT), que se deu através de um amplo processo de reestruturação econômica em muitos países. Nesse contexto, o neoliberalismo também passou a acompanhar essa nova fase de organização econômica e política, sobretudo em países semiperiféricos, por meio de privatizações e da redução da presença do Estado na economia. No Brasil, esses processos se intensificaram a partir dos anos 1990, promovendo uma constante interiorização das plantas produtivas, que refletem em mudanças nos índices populacionais e econômicos de cidades com diferentes tamanhos e funções, influenciando diretamente na produção dos espaços inter e intraurbano – com destaque para as cidades médias², que tem representado novos focos de investimentos econômicos do sistema capitalista (Harvey, 1989; Amorim Filho; Serra, 2001; Souza, 2003; Sposito, 2007; 2013; Sposito, Góes, 2013; entre outros).

Na esteira dos processos de reestruturação econômica e urbana, temos verificado uma dinâmica de interiorização da violência criminal em muitas cidades médias e/ou interioranas brasileiras (Adorno; Cardia, 2002; Waiselfisz; 2011), uma vez que o crescimento econômico dessas cidades, associado a um acelerado incremento populacional, não mediado por iniciativas que visem o aproveitamento de recursos e políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e espaciais, acabam favorecendo o aumento de ocorrências ligadas a certos tipos de crimes (Melara, 2016). Ao delimitarmos nossas análises para o estado do Rio de Janeiro, notamos que essa dinâmica tem se mostrado evidente a partir da década de 2010, especialmente em razão das políticas de “(in)segurança” pública implementadas na capital

1 Para a realização desta pesquisa contamos com o financiamento da FAPERJ e do CNPq.

2 Sobre o conceito de cidade média, é interessante pesquisar trabalhos produzidos pelo grupo de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que vem se dedicando desde 2007 aos estudos sobre essa escala de cidade.

fluminense e devido a expansão de territórios-rede do crime organizado por todas as regiões do estado (Fernandes Jr., 2016; Ruediger, 2019; Novellino; Oliveira, 2019).

Nesses termos, para o presente estudo temos como recorte espacial e analítico o espaço urbano de Angra dos Reis, que, nos últimos 50 anos, tem apresentado um significativo crescimento demográfico em virtude das mudanças econômicas ocorridas na cidade, acompanhada também por um processo crescente de segregação socioespacial e de insegurança urbana. Em linhas gerais, buscamos compreender brevemente como se desenvolveu historicamente e economicamente o espaço urbano de Angra dos Reis, buscando analisar a produção da violência criminal na cidade, relacionando com elementos de desigualdade urbana e de segregação socioespacial³.

Metodologicamente, foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre as temáticas, conceitos e teorias presentes nesta pesquisa, bem como efetuamos trabalhos de campo em algumas localidades territorializadas pelo tráfico de drogas e em alguns loteamentos fechados de Angra dos Reis⁴ – sendo estes loteamentos nomeados como condomínios, edifícios e espaços residências. Também houve a coleta de dados primários através de entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas)⁵ realizadas com atores sociais considerados relevantes para o desenvolvimento deste trabalho: a) Pessoas relacionadas à segurança pública (3 entrevistados/as); b) Líderes comunitários (3 entrevistados/as); c) moradores de espaços socialmente segregados (4 entrevistados/as); d) Moradores de espaços autosegregados (4 entrevistados/as); e) Trabalhadores ligados a empreendimentos turístico-imobiliários⁶ (14 entrevistados/as); f) Jornalista local (1 entrevistado/a)⁷.

Além disso, houve a coleta de dados secundários fornecidos pelo ISP-RJ, dos quais resultaram na produção de gráficos relacionados às seguintes ocorrências criminais registradas em Angra dos Reis entre 2003 e 2021: a) apreensão de drogas; b) mortes por intervenção de agente do Estado; c)

3 Devido ao número limitado de páginas, não vamos nos estender muito sobre os preceitos teóricos e metodológicos relacionados a segregação socioespacial, apenas traremos alguns elementos para discussão.

4 Visitamos cerca de 40 loteamentos residenciais fechados e cerca de 20 espaços territorializados pelo tráfico.

5 É preciso destacar que a maioria das entrevistas não pôde ser gravada, logo, as suas transcrições se trata de aproximações das respostas obtidas em campo.

6 Por mais que atores sociais da pesquisa ligados ao capital imobiliário não estejam totalmente associados às atividades turísticas, a adoção do termo “turístico-imobiliário” representa bem o caso de Angra dos Reis, uma vez que o turismo está bastante presente nesses espaços (Abreu, 2005).

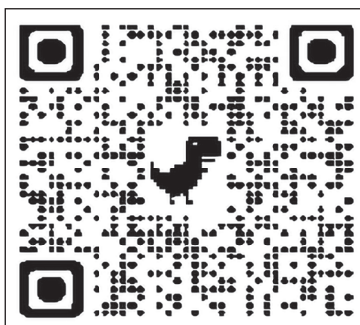
7 Nesse texto não vamos apresentar as falas de todas as pessoas entrevistadas em razão do recorte temático do texto, que faz parte de outras pesquisas que se encontram em desenvolvimento pelos autores pertencentes ao Grupo de Estudos sobre Reestruturação Urbana e Segregação Socioespacial (GRUSS).

homicídios dolosos; d) tentativas de homicídio; e) total de roubos; f) total de furtos; g) lesões corporais. A partir desses dados, realizamos o mapeamento das ocorrências registradas em 2021, com o propósito de desenvolver uma análise mais recente sobre a espacialização desses registros nos bairros da cidade. Para a elaboração desses mapas, foram utilizados os dados solicitados ao ISP-RJ e dados socioeconômicos do IBGE, sendo a ferramenta QGIS 3.30.2 utilizada para tal finalidade. Nesse sentido, é importante salientar que, ao utilizarmos a base cartográfica fornecida pelo IBGE (2020) para a construção desses mapas, que possui cerca de 121 bairros, verificamos que determinadas localidades apresentadas em certas ocorrências fornecidas pelo ISP-RJ não foram registradas com o nome de nenhuma dessas 121 delimitações, o que fez com que esses registros tivessem que ser dirigidos para os bairros onde esses locais se situam⁸.

Em vista da grande quantidade de bairros mapeados (121), determinamos o critério de numeração para identificá-los, uma vez que se torna inviável rotular o nome de cada bairro devido à poluição visual dos mapas. Para entendermos os números que se referem a cada bairro, tornou-se necessário a elaboração de um quadro e um mapa base (Figura 1).

Figura 1 – Quadro e mapa base referente aos bairros de Angra dos Reis-RJ

Para melhor entendimento sobre mapas que se sucedem ao longo deste trabalho, acesse o quadro e o mapa base referente aos bairros de Angra dos Reis-RJ através do QR Code abaixo ou pelo link: <http://gebig.org/gruss/>



Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

8 Por exemplo: a localidade conhecida como “Casinhas do Bracuí” encontra-se na delimitação espacial do bairro Bracuí; “Porteira”, “Manguinhos” e “Morro das Velhas” são três localidades que se encontram no bairro Japuiba; “Volta Fria” seria uma localidade que se encontra no Morro da Glória I; entre outros.

Um breve contexto histórico e econômico

Os novos processos econômicos e políticos têm intensificado desigualdades que não se aprofundam apenas no âmbito residencial, mas incluem, progressivamente, todas as esferas da vida urbana (Sposito, 2007; 2013; Sposito; Góes, 2013). Em Angra dos Reis, temos observado que o espaço urbano da cidade é marcado por três momentos distintos de investimentos proporcionados pelo Estado, que se decorreram ao longo do século XX.

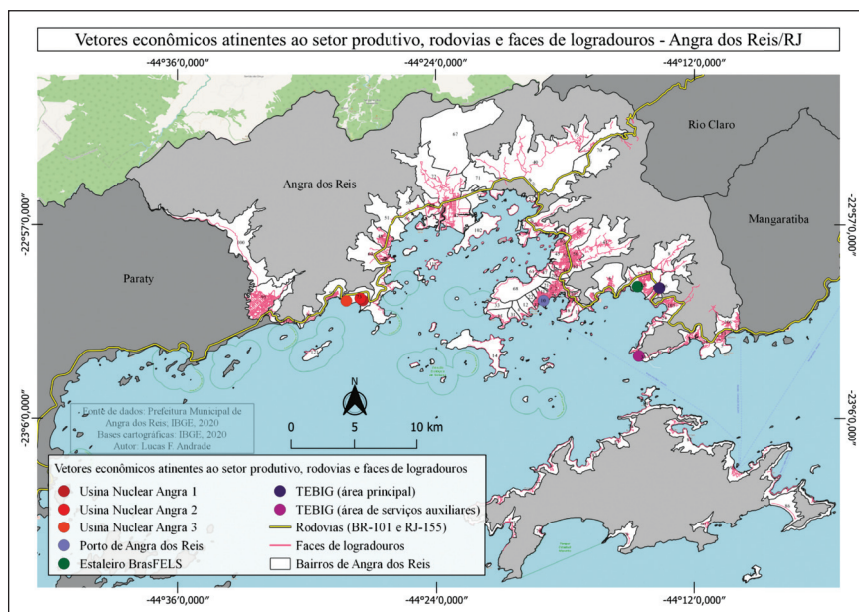
O primeiro, promovido a partir da ampliação do porto de Angra durante a Era Vargas (1930-1945), resultou na reestruturação do núcleo urbano original da cidade, processo que deu origem a ocupação de morros e encostas periféricas em seu entorno – nesse período também houve a construção da rodovia estadual RJ-155, sendo uma importante rota que liga Angra dos Reis ao município de Rio Claro, indo em direção ao Vale do Paraíba Fluminense. O segundo momento, caracterizado por dar início à expansão do espaço urbano de Angra dos Reis, ocorre a partir da construção do Estaleiro Verolme em 1959 (atual Estaleiro BrasFELS), sendo resultado da política nacional/desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck (1956-1961), inaugurando a indústria naval no país. No terceiro, já durante a ditadura militar⁹ (1964-1985), o que se evidencia é uma expansão urbana ainda mais expressiva da cidade, sobretudo em razão das seguintes inserções econômicas a partir da década de 1970: 1) Inauguração da rodovia BR-101 (trecho Rio-Santos) no início dos anos 1970, p. 2) Construção da Usina Nuclear Angra I a partir de 1972, p. 3) Implantação do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) em 1977, p. 4) Construção da Usina Nuclear Angra II a partir de 1982, p. 5) Início das obras da Usina Nuclear Angra III, em construção desde a década de 1980 (Abreu, 2005).

Ao relacionarmos os investimentos supracitados com a base de dados geoespacial referente às linhas que representam graficamente os arruamentos da cidade, de extensão urbana e de aglomerados rurais em Angra dos Reis (Figura 2)¹⁰, podemos verificar a influência que essas inserções econômicas tiveram para a formação de aglomerados populacionais no município e, consequentemente, para expansão de seu espaço urbano – com destaque para a rodovia BR-101, a qual propicia fluxos inter e intraurbanos que vêm modificando a lógica de acumulação e produção do espaço da cidade.

9 É preciso destacar que, durante a ditadura militar, Angra dos Reis se encontrava sob a Lei de Segurança Nacional, tendo em vista os complexos industriais instalados em sua delimitação e o valor estratégico que o município possuía para o governo ditatorial. Dessa forma, os prefeitos da cidade eram nomeados pelos militares, não havendo eleições municipais durante esse período (Ribeiro, J., 2007).

10 Por se tratar de um produto publicado no intervalo de operações censitárias, as faces de logradouros representadas graficamente na Figura 2 não apresentam o mesmo grau de atualização que uma coleta de Censo Demográfico viabiliza, nem contempla informação estatística de espécie de domicílios.

Figura 2 – Vetores econômicos atinentes ao setor produtivo, rodovias e faces de logradouros



Fonte: Prefeitura de Angra dos Reis; IBGE (2020). Org.: Lucas F. Andrade.

Nesse contexto, é preciso acrescentar que ao planejar a construção da BR-101, foi elaborado um Plano de aproveitamento Turístico (Projeto Turis) para todo o litoral cortado pelo trecho Rio-Santos por parte do Governo Federal, desenvolvido pela empresa Scet Internacional, a pedido do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Conforme analisado, o Projeto Turis não tinha apenas como objetivo realizar o ordenamento territorial da região, mas, também, capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico, baseando-se em três modelos de desenvolvimento turístico europeu: Côte d’Azur, Languedoc-Rousillon e Côte Aquitaine (Fratucci, 2005 apud Feitosa; Silva, 2015).

Não obstante, apesar dos redatores do Projeto Turis terem apontado que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico proposto trariam consequências negativas para a região, abrindo mão do projeto num prazo inferior a dois anos após a sua exposição, é possível notar que a ideologia de “modernização” e a pressa de reordenamento territorial empregada a partir da construção da BR-101 – longe de promover a estrutura produtiva da região, que tinha o setor agrário como principal atividade econômica entre os anos 1940 e 1970 – acabou abrindo caminhos para que Angra dos Reis se tornasse um paraíso para a especulação imobiliária (Abreu, 2005; Siqueira, 1989 apud Feitosa; Silva, 2015).

Ainda nos anos 1960, podemos verificar os primeiros conflitos fundiários decorrentes de processos especulativos em Angra dos Reis, os quais vêm afetando principalmente as comunidades tradicionais da região, como quilombolas, caiçaras e indígenas. Ao longo da década de 1970, esses conflitos se mostraram ainda mais evidentes, sendo uma preocupação que se perpetua até os dias atuais¹¹. Durante a década 2010, a região que mais apresentou conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro foi a Sul, com destaque para Angra dos Reis e Paraty (Amaro Jr.; Alentejano; Silva, 2022). De acordo com um ex-líder comunitário do Quilombo do Bracuí, a ocorrência desses conflitos teria iniciado a partir do planejamento da BR-101, que, assim como diversos empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário da região, teria sido construída sobre processos de grilagem e de expropriação de terras, bem como podemos observar através do seguinte relato:

A rodovia foi construída entre os anos 1970 e 1980, mas “eles” chegaram um pouco antes, a partir da década de 1950. Quando vieram, começaram a aliciar as pessoas da região, pegavam pessoas analfabetas e falavam para assinar alguns documentos, dizendo que era para passar suas terras para o próprio nome. Quando a Rio-Santos veio sendo construída, “eles” chegavam e mandavam essas pessoas embora, já que tinham assinado um documento. Também houve casos em que pessoas foram ameaçadas de morte: ou saíam ou iriam morrer (Entrevista realizada com um ex-presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Bracuí, no dia 14 de julho de 2022).

Em razão de sua exuberante beleza natural e das possibilidades que seu litoral proporciona para o desenvolvimento de atividades atinentes ao turismo, Angra dos Reis passou a apresentar um delineamento urbano fortemente marcado pelo aproveitamento turístico-imobiliário, o qual se mostra condicionado às análises territoriais apresentadas no Projeto Turis. Nos trabalhos de campo realizados, o que temos observado é que as orientações descritas neste projeto para Angra dos Reis aparentam se mostrar determinantes tanto para as escolhas locacionais como para os diferentes níveis de empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário, com destaque para o elevado número de loteamentos destinados ao uso residencial¹², especialmente próximos ao mar e à BR-101 (Figura 3): a partir do cruzamento de dados obtidos em campo com

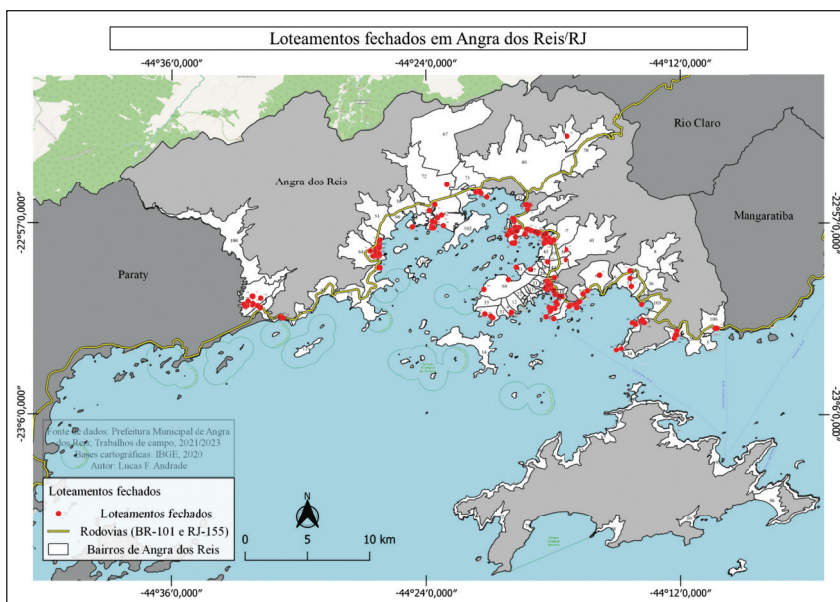
11 Um exemplo bastante emblemático desses conflitos é o caso da comunidade quilombola do Bracuí, que, especialmente entre os anos 1970 e 1980, foi ameaçada de expropriação pelo empreendimento Porto Bracuhy, que tinha como objetivo construir um complexo de loteamentos de luxo na região da antiga fazenda Santa Rita (Feitosa; Silva, 2015). Recentemente, as paredes da escola localizada próximo ao Quilombo foram pichadas com ameaças às lideranças locais (Amaro Jr.; Alentejano; Silva, 2022).

12 Loteamentos de uso comercial, hoteleiro e voltados à prestação de serviços foram excluídos de nosso mapeamento, assim como loteamentos implementados por programas governamentais.

a base disponibilizada pela Prefeitura de Angra dos Reis, identificamos 178 loteamentos fechados¹³ na cidade, sendo estes nomeados como condomínios (164), edifícios (9) e espaços residenciais (5).

Entre os loteamentos visitados, verificamos uma autossegregação muito evidente, já que além da distância existente entre os empreendimentos, o que faz com que cada grupo frequente o seu próprio espaço, podemos notar que essas pessoas não utilizam a cidade como um todo, sendo a área central praticamente inutilizada, uma vez que a maioria dos loteamentos de alto padrão possuem suas próprias marinas e/ou helipontos, proporcionando aos frequentadores chegar até os imóveis por vias marítimas ou aéreas. O único encontro com pessoas dos estratos sociais de baixa renda, está relacionado aos trabalhos domésticos, e, mesmo assim, esses trabalhadores têm um espaço separado na residência e se vestem com uniformes diferenciados, prevalecendo uma separação social e espacial em todo tempo de convivência.

Figura 3 – Loteamentos fechados em Angra dos Reis-RJ



Fonte: Prefeitura de Angra dos Reis; Trabalhos de campo (2021-2023). Org.: Lucas F. Andrade.

13 A adoção do termo "loteamento" se dá por esses espaços estarem enquadrados juridicamente na Lei 6.766/79. O complemento "fechado" se justifica pela maioria dos loteamentos em Angra dos Reis cercar ou impossibilitar o acesso a áreas de uso comum, o que pela legislação não seria permitido, já que seu enquadramento jurídico se detém apenas a compra da área referente ao(s) lote(s), não englobando, portanto, áreas consideradas de uso comum, como ruas de acesso, espaços de lazer etc.

Em vista do exposto, é preciso acrescentar que em razão da dificuldade de crescimento horizontal observada em Angra dos Reis, devido a sua posição de confinamento entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, grande parte dos imigrantes que vieram para a cidade em razão das inserções econômicas até aqui mencionadas, assim como muitos nativos expulsos de suas terras (especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas), se viram obrigados a ocupar áreas de morros e encostas com risco de desastre, tornando a paisagem urbana da cidade visivelmente segregada e fragmentada, apresentando um forte contraste entre os espaços habitados por diferentes estratos da população.

Baseando-se nos estudos de Corrêa (1989; 1998; 2013), podemos considerar que a dinâmica econômica da cidade interfere em sua organização espacial, promovendo diferentes tipos de segregação a partir da reprodução de classes ou estratos da população no âmbito residencial, considerando questões sociais, econômicas e de infraestrutura urbana. A respeito desses processos, podemos considerar: 1) a segregação imposta, relacionada aos estratos mais pobres da população, que se aloca ou se realoca de modo não espontâneo (na maioria dos casos) em espaços com acesso deficitário à infraestrutura urbana; 2) a segregação induzida, que afeta mais a população de renda média, proporcionando escolhas de onde morar e o que fazer em relação às práticas espaciais de consumo e lazer, atingindo um maior número de pessoas devido à heterogeneidade desse público quando se analisa renda, trabalho, local de moradia etc.; e 3) a autosegregação, praticada pelas classes mais abastadas na medida em que podem efetivamente escolher para si as melhores áreas da cidade, excluindo-as do restante da população ao se fecharem em espaços controlados de habitação e consumo, buscando se alocar entre seus pares ao mesmo tempo em que fogem da violência e do caos urbano.

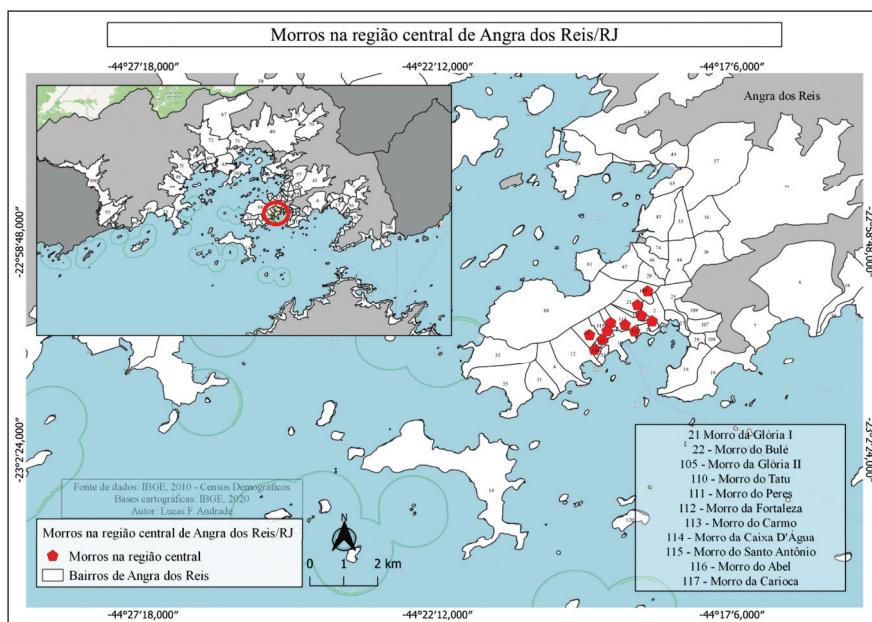
Tais processos têm sido observados em Angra dos Reis, tendo como destaque a grande extensão territorial ocupada pelos loteamentos fechados destinados às classes mais abastadas e aos estratos superiores da classe média, que ocupam principalmente as áreas mais planas e com boas condições de habitação da cidade – especialmente em zonas de praia, onde muitas destas têm sido, de certa forma, “privatizadas”, já que o acesso ao público passa por várias restrições de segurança impostas pelos empreendimentos turístico-imobiliários¹⁴. Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, a população de renda média em Angra dos Reis se apresenta em número bastante reduzido, tendo em vista que a maior parte da população apresenta baixos salários e vivem “exprimidas” em áreas com deficitárias condições socioeconômicas e de infraestrutura urbana, majoritariamente alocadas nos morros e encostas de

14 Em 1984, a Comissão Contra Privatização de Praia apontava que 70% das praias de Angra tinham o acesso privatizado. Atualmente, mais de 30 anos se passaram e o cenário permanece o mesmo (Ribeiro, I., 2017).

todo o espaço urbano da cidade, inclusive na região central (Figura 4), sendo fruto de um longo processo de expropriação do direito à cidade, vivendo um processo crescente de segregação imposta.

Corroborando com os argumentos referidos acima, que se mostraram bastante evidentes ao longo de nossas revisões bibliográficas, entrevistas e trabalhos de campo, no último Censo do IBGE (2010) Angra dos Reis aparecia na 10ª posição entre os municípios do país com maior proporção de domicílios em aglomerados subnormais, com 34,2% das residências localizadas nesses espaços¹⁵. Segundo o Censo realizado em 2010, a maior parte dos domicílios da cidade apresentam rendimentos entre zero a dois salários mínimos, ao passo que a parcela dos domicílios que possui rendimentos acima de dez salários são em número bem reduzidos¹⁶ (Figura 5). É importante salientar que essa média salarial é relativa na medida em que a maioria dos imóveis localizados em loteamentos de alto padrão não possui uma pessoa residindo fixamente, o que não contabiliza como domicílio para Censo do IBGE, já que muitas residências são utilizadas apenas para veraneio.

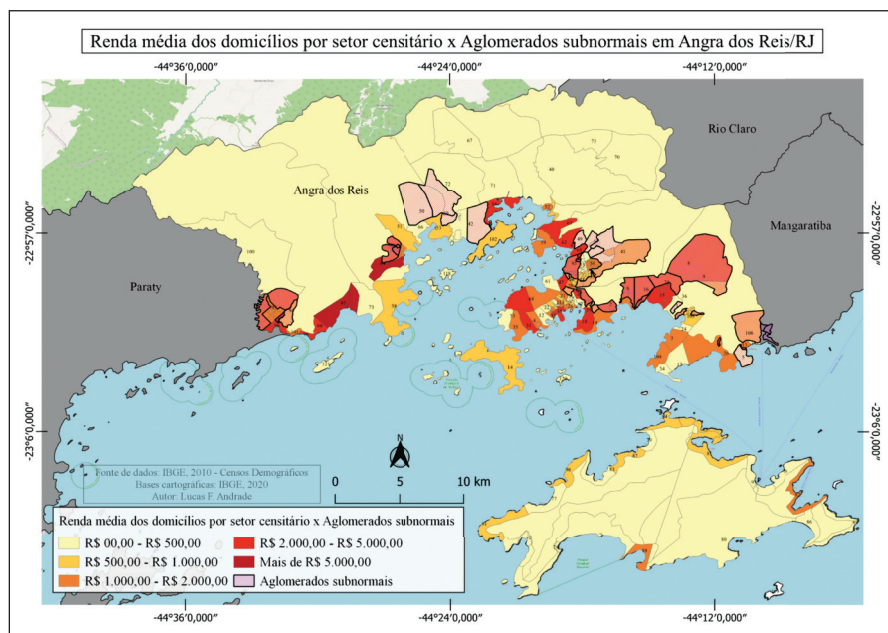
Figura 4 – Morros localizados na região central de Angra dos Reis-RJ



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

- 15 De acordo com os resultados preliminares disponibilizados pelo IBGE (2020), entre 2010 e 2019 a taxa relativa aos aglomerados subnormais em Angra dos Reis teria subido de 34,2% para 39,8%.
- 16 O salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

Figura 5 – Renda média dos domicílios por setor censitário x Aglomerados subnormais em Angra dos Reis-RJ



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

Violência e criminalidade

A partir da década de 1990, período em que muitas empresas localizadas nas metrópoles brasileiras passaram a se instalar em regiões não metropolitanas, é possível notar o desdobramento de uma dinâmica de interiorização da violência criminal em muitas cidades médias e/ou interioranas do Brasil. Em outras palavras, isso significa que a desconcentração das atividades econômicas no país fez aumentar o capital nessas cidades, com mais investimentos em obras, mais dinamismo no comércio, nos negócios imobiliários, em tecnologia e mão de obra qualificada. Com isso, muitas pessoas foram atraídas para essas regiões, mas a maioria delas, pouco ou nada qualificadas profissionalmente, vem elevando as taxas de desemprego, os empregos informais e/ou as formas ilegais de sobrevivência (Adorno, Cardia, 2002; Melara, 2016).

Conforme apontado por Souza (1995; 1998; 2008), o aprofundamento do par segregação↔autossegregação, somado a um conjunto de processos que abrange a pobreza urbana, as estratégias de sobrevivência desses pobres urbanos (com destaque para o âmbito da ilegalidade, especialmente no que tange o papel desempenhado pelo tráfico de drogas e de seus impactos) e os conflitos sociais e suas causas (que vão além da privação material), formam o

quadro-síntese de um processo que não atinge somente as estruturas de distribuição das atividades econômicas e das funções sociais da cidade, mas também atinge o modo de organização político das relações sociais. Segundo Melara (2016), esse processo encontra-se bastante consolidado em muitas metrópoles brasileiras e, nas cidades médias, parece ganhar força nas últimas décadas, especialmente em cidades médias favorecidas por um determinado crescimento econômico, associado ao um incremento populacional significativo sem o acompanhamento de políticas públicas voltadas para o âmbito social.

Em um estudo publicado sobre o Mapa da Violência (2012) no Brasil, podemos observar que a letalidade violenta no país teria migrado dos estados tradicionalmente violentos (Rio de Janeiro e São Paulo) para outros relativamente menos violentos (hipótese da disseminação), na mesma medida em que teria se deslocado das capitais e regiões metropolitanas para o interior dos estados (hipótese da interiorização). Não obstante, quando analisamos a problemática da interiorização criminal por estado, verificamos que isso não ocorreu no Rio de Janeiro até o ano de análise desses resultados (2010), já que as taxas da capital fluminense e de sua região metropolitana acompanhavam as do interior (Waiselfisz, 2011). Em outro estudo realizado mais recentemente sobre a interiorização da violência no estado do Rio de Janeiro, nota-se que esse quadro passa a se inverter a partir da década de 2010, quando a letalidade violenta no Rio de Janeiro migrou não só da capital para a região metropolitana, mas também para o interior do estado (Ruediger, 2019).

Como defendido por alguns autores, a interiorização da violência criminal no Rio de Janeiro possui relação com os inúmeros efeitos colaterais gerados a partir das políticas de “(in)segurança” pública implementadas na capital fluminense em favor do capital imobiliário e do remanejamento favorável do uso do solo urbano, com destaque para o Projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹⁷, o qual resultou, de maneira direta ou indireta, na expansão de territórios-rede do crime organizados por todo o estado (Fernandes Jr., 2016; Ruediger, 2019; Novellino, Oliveira, 2019), num processo de desreterritorialização de criminosos expulsos de suas áreas e de novas relações destes com criminosos de outras regiões, com a finalidade de garantir o seu principal objetivo: o lucro.

Em Angra dos Reis, temos observado muitos fatores até aqui descritos como principais indutores para o aumento da criminalidade violenta em cidades não metropolitanas do estado fluminense, sobretudo no que se refere as

17 A primeira UPP da cidade do Rio de Janeiro foi implantada em novembro de 2008, no Morro Santa Marta. Desde então, 37 Unidades foram instaladas na capital e uma na região metropolitana do estado (Olerj, 2022), além de outras localizadas no interior, como em Macaé e Angra dos Reis. Apesar disso, nota-se que muitas Unidades da capital foram extintas, especialmente pela falta de investimento do Estado em políticas públicas que contribuíssem para que os moradores desses espaços tivessem de fato o direito à cidade.

desigualdades sociais e espaciais analisadas e a expansão de territórios-rede do crime organizado¹⁸.

A partir do cruzamento das informações obtidas em campo com as ocorrências criminais disponibilizadas pelo ISP-RJ (2003-2021), temos verificado que, até o ano de 2013, a criminalidade em Angra dos Reis já era algo que gerava preocupação para as forças de segurança pública local. No entanto, é somente a partir desse período, até meados de 2019, que passamos a observar um aumento constante das ocorrências criminais ligadas ao tráfico de drogas na cidade (apreensão de drogas, mortes por intervenção de agente do Estado, homicídios dolosos, tentativas de homicídio e roubos) (Gráfico 1), ao passo que ocorrências pouco relacionadas ao tráfico (lesões corporais e furtos) (Gráfico 2) passaram a apresentar redução. Esse cenário se inverte na medida em que os delitos associados ao tráfico apresentam redução, fato este que demonstra o que Souza (1995) aponta como a *ordem* e a *desordem* promovida pela organização e controle territorial do tráfico de drogas.

Conforme analisado, a criminalidade violenta na cidade estava tão agravada que, em 2018, o prefeito de Angra dos Reis teria enviado um ofício à presidência da República, no qual solicitava a presença da Força Nacional e do Exército para prevalecer à ordem pública no município, já que bairros como Areal, Belém, Frade e Japuíba estariam tomados pelo tráfico (Diário do Vale, 2018). Ainda em 2018, Angra dos Reis foi inserida no projeto de intervenção federal que ocorreu na segurança pública do estado do Rio de Janeiro durante este mesmo ano, onde não somente a cidade, mas também outras regiões do estado, passaram a receber operações de “garantia da lei e da ordem” (GLO), deflagradas pelas forças de segurança do Estado em conjunto com forças militares (Rodrigues, 2019).

Nesse contexto, verificamos que além das diversas operações policiais realizadas em áreas consideradas de risco em Angra dos Reis (e que ainda ocorrem atualmente através das forças policiais que atuam no município), houve a implantação de unidades de segurança em pontos estratégicos da cidade, como a Unidade Policial no Morro do Santo Antônio, a Unidade da Polícia Rodoviária Federal no Camorim e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos bairros Parque Belém, Camorim e Frade. Para os Delegados da Polícia Civil¹⁹ e Federal²⁰ de Angra dos Reis, a intervenção

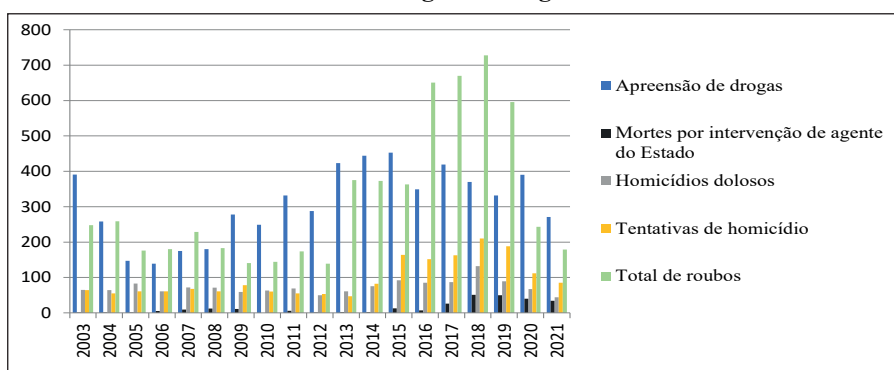
18 Em Angra dos Reis, temos verificado que a expansão dos territórios-redes do crime organizado ocorre principalmente através de conexões realizadas com facções do tráfico de drogas da capital do estado, sendo o principal elo entre essas quadrilhas o fornecimento de drogas e armas por parte dos criminosos da capital, além do envio de “soldados” em certas ocasiões, especialmente em período de “guerras” entre facções rivais.

19 Entrevista realizada com o Delegado da Polícia Civil de Angra dos Reis no dia 5 de agosto de 2021.

20 Entrevista realizada com o Delegado da Polícia Federal de Angra dos Reis no dia 2 de dezembro de 2021.

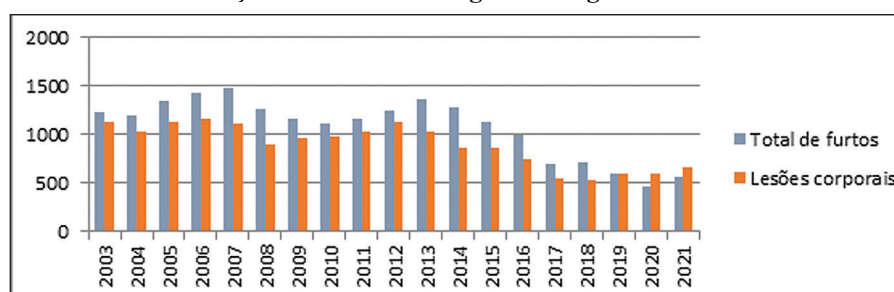
federal ocorrida em 2018 auxiliou na articulação entre as diferentes esferas policiais (militar, civil e federal), resultando, de forma mais evidente a partir de 2020, na redução da criminalidade violenta na cidade. Não obstante, por mais que as repressões policiais tenham surtido algum efeito ao reduzir a quantidade de crimes violentos, certas localidades ainda apresentam sérias preocupações para a segurança pública, como no caso dos bairros Sapinhatuba I, II e III, Areal, Morros do Santo Antônio, Carmo, Fortaleza, Peres e Glória I e II.

Gráfico 1 – Ocorrências criminais relacionadas à atuação do tráfico de drogas em Angra dos Reis



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

Gráfico 2 – Ocorrências criminais pouco relacionadas à atuação do tráfico de drogas em Angra dos Reis



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

Devido ao forte apelo ao turismo e à importância dos empreendimentos estatais situados em Angra do Reis, verificamos ainda que aumento da violência na cidade resultou na sua vasta exposição em manchetes policiais locais e da grande mídia, aparecendo até mesmo em um documentário produzido em 2019 pela *VICE News Tonight* (HBO), onde criminosos do Parque Belém

traficam e transitam armados pelo bairro²¹. Durante uma entrevista realizada com uma jornalista responsável pela seção criminal de um jornal local²², verificamos que os crimes ligados ao tráfico seriam os que ganham mais visibilidade, sendo amplamente associados aos espaços mais pobres da cidade.

Baseando-se em Souza (1998; 2008), podemos considerar que a existência de pontos pobres e violentos nas cidades – nos quais atua o tráfico de drogas de varejo – faz com que haja um enfoque sobre o par crime-pobreza, que contribui para ocultar atividades que realmente estão financiando tais operações criminosas. Para o autor, os grandes distribuidores de narcóticos, que lidam diretamente com as drogas em grande quantidade (atacado), são associados aos estratos mais altos da sociedade, uma vez que esse tipo de operação requer uma quantidade de recursos financeiros e tecnológicos considerável, envolvendo, por vezes, políticos, policiais, agentes de empresas aéreas, grandes empresários etc. Já o subsistema de varejo, este seria associado às favelas e bocas de fumo, abrangendo pequenos e médios narcotraficantes, dos quais são incumbidos de realizar o comércio ilegal de entorpecentes tanto numa esfera local como em escala regional.

Em Angra dos Reis, temos notado que atores sociais ligados de maneira direta e/ou indireta ao tráfico de drogas no atacado não aparecem associados aos crimes que mais ocorrem e/ou apresentam ter maior visibilidade na cidade. Para ambos os Delegados entrevistados e para a Jornalista entrevistada, essa presença só seria notada através da relação entre esses indivíduos e o tráfico de drogas de varejo, sobretudo através do consumo, sendo daí emergido a maior parte dos lucros de narcotraficantes que atuam no mercado varejista da cidade. Conforme apontado pelo Delegado da Polícia Federal, é notório que a Rodovia BR-101 é uma importante rota para o transporte de drogas no âmbito atacadista, no entanto, há uma dificuldade para se combater crimes financiados pelo “colarinho branco”, já que as partes envolvidas diretamente com o ato do crime seriam coniventes entre si, o que dificultaria a elaboração de provas contra esses crimes.

Apesar disso, obtivemos uma única informação concreta sobre a atuação do tráfico de drogas do atacado em Angra dos Reis através de uma publicação do Diário do Grande ABC, que, apesar de ser datada no ano de 2000, nos indica que a cidade ainda pode estar sendo um local estratégico para a atuação de grandes traficantes e de seus sócios:

O diretor da DRE²³ [...] disse que [...] “Aquela área é extremamente crítica porque o tráfico de drogas é intenso [...]”. O delegado ressaltou que o principal entrave para o sucesso de qualquer investigação é “a falta de

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErlEhaN-ns>

22 Jornalista entrevistada de maneira virtual (via Google Meet) no dia 30 de novembro de 2021.

23 DRE: Delegacia de Repressão aos Entorpecentes.

colaboração das autoridades”. Vieira citou como exemplo o fato de a DER jamais ter conseguido um mapeamento oficial das pistas de pouso clandestinas na região, que, de acordo com suspeitas policiais, serviriam para o desembarque de drogas na Costa Verde (Diário do Grande ABC, 2000).

Em vista do exposto, tomemos como foco a atuação do subsistema atuante no varejo em Angra dos Reis. Para os Delegados da Polícia Civil e Federal, a estrutura do tráfico de drogas de varejo na cidade se assemelha ao modelo desenvolvido por facções criminosas na capital do Estado, das quais se organizam por meio de redes ilegais que, no âmbito local, apresentam a seguinte hierarquia: o “dono” do morro, que pode ser um médio traficante dependendo de sua atuação e/ou controle exercido sobre outros territórios; os “gerentes”, que controlam as economias das bocas de fumo para o “dono”; os “soldados”, responsáveis pela segurança das bocas de fumo; os “vapores”, encarregados de realizar a entrega das drogas aos clientes; os “olheiros”, incumbidos de avisar a chegada da polícia; e as pessoas que participam do processo de “endolação” das drogas. Sobre a dinâmica de atuação desses grupos criminosos, podemos observar que a mesma ocorre principalmente por meio da territorialização violenta de determinadas localidades dotadas de alguma carência socioeconômica, onde narcotraficantes utilizam de armamentos bélicos para exercerem suas atividades através de bocas de fumo e/ou dos chamados “esticas”²⁴.

Nos trabalhos de campo realizados notamos que para adentrar em certas localidades controladas pelo tráfico de drogas, com o uso de um automóvel, é preciso seguir algumas regras, como ligar a luz interna do veículo e abaixar os vidros e o farol. Através de algumas entrevistas, também observamos que por mais que uma pessoa não tenha nenhum tipo de ligação com o tráfico, caso ela resida em um local controlado por uma determinada facção “X”, dificilmente ela iria até outra localidade dominada pela facção “Y”, somente em situações de extrema necessidade ou em casos de visita a algum parente, já que poderiam ser confundidas com possíveis informantes de outra facção. Além disso, observa-se que os impactos socioespaciais promovidos pelo tráfico de drogas também afetam o fornecimento de determinados serviços básicos nessas localidades, sobretudo em períodos de disputas territoriais entre facções rivais²⁵. Para o líder comunitário da Lambicada²⁶, essas questões acabam

24 “Esticas”: pessoas que revendem ou transportam a droga até o usuário.

25 De acordo com uma moradora do bairro Sapinhatuba III (entrevista realizada no dia 5 de fevereiro de 2023), a empresa que fornece luz para o município (ENEL) só vai até o bairro em casos de extrema necessidade, como por exemplo: um poste estar pegando fogo. Além disso, também comentou que, durante os períodos de “guerra” entre facções no bairro, o serviço de coleta de lixo é interrompido e os moradores teriam que levar os seus resíduos até beira da BR-101, onde há uma grande caçamba de lixo.

26 Entrevista realizada com o Presidente da Associação de Moradores da Lambicada no dia 20 de dez. 2021.

desmotivando o engajamento popular na busca por melhorias para os bairros, já que as pessoas estariam tomadas pela sensação de medo e insegurança.

Para além da territorialização exercida em espaços socialmente segregados, nota-se que o tráfico de drogas em Angra dos Reis também se faz presente em espaços autosssegregados pelas classes média e alta (loteamentos fechados, *resorts*, hotéis de luxo etc.), bem como atua no setor de entretenimento da cidade, seja por meio de bailes *funk* promovidos pelos próprios traficantes ou em passeios turísticos, bares, boates etc.

Ao nos apoiarmos nas contribuições de Souza (2008), que analisa o processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial nas metrópoles brasileiras, podemos considerar que o mesmo se encontra bastante estabelecido em Angra dos Reis, tanto no que se refere ao “escapismo” da elite e de certas frações da classe média em loteamentos fechados como à “vulnerabilidade” que se encontra àqueles afetados pelo tráfico de drogas: seja diretamente, mediante os processos de territorialização protagonizados por facções criminosas em determinadas localidades; ou indiretamente, ao ajudar a estimular a sensação de insegurança em todo o espaço da cidade. Além disso, é preciso salientar que o tráfico e o consumo de entorpecentes se mostram presentes em todas as classes sociais de nosso recorte espacial, no entanto, assim como observado nos estudos sobre as metrópoles, somente os integrantes do tráfico de drogas de varejo recebem punições do Estado.

Em vista das informações apresentadas, realizamos o mapeamento por bairro das ocorrências criminais que mais apresentaram associação com o tráfico de drogas em Angra dos Reis, sendo esses registros relacionados às apreensões de drogas, mortes por intervenção de agente do Estado, homicídios dolosos, tentativas de homicídio e roubos ocorridos em 2021.

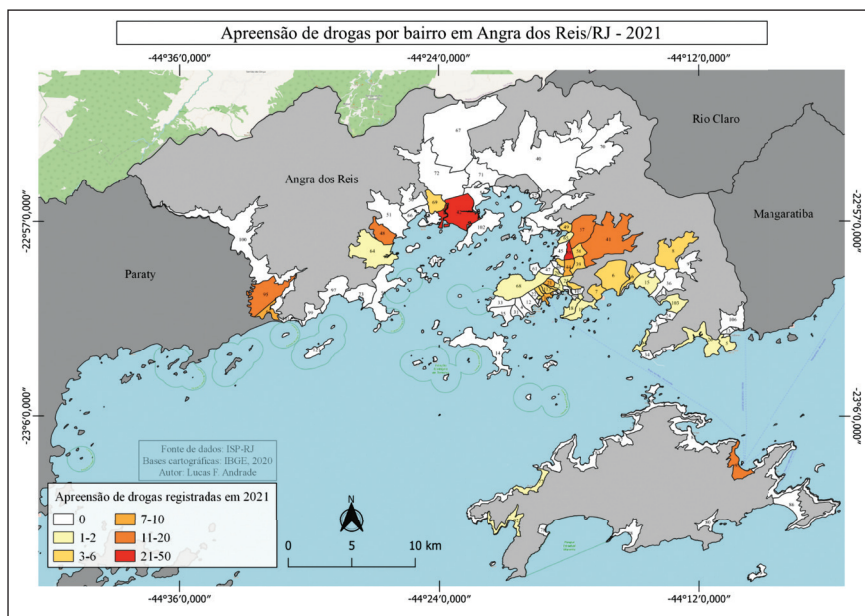
Na Figura 6, foram mapeadas as ocorrências de apreensão de drogas, onde podemos observar que os bairros que mais se destacaram nesses dados foram, respectivamente: Bracuí (42), Japuíba (55), Banqueta (41), Frade (48) e Parque Belém (57). No Bracuí, verificamos que o público atendido pelo empreendimento turístico-imobiliário Porto Bracuhy pode vir a constituir um mercado consumidor em potencial para o tráfico de drogas de varejo na região em virtude do alto poder aquisitivo dessas pessoas, o que também ocorreria no caso do Frade, que se encontra próximo ao empreendimento Porto Frade, localizado no bairro Porto Frade (64)²⁷. Sobre os bairros Japuíba, Banqueta e Parque Belém, verifica-se que todos se encontram na região da “Grande

27 Ambos os empreendimentos mencionados (Porto Bracuhy e Porto Frade) constituem o que temos chamado de “complexo de loteamentos fechados”; termo este utilizado para nos referir a empreendimentos turístico-imobiliários que possuem três ou mais loteamentos fechados destinados ao uso residencial em sua delimitação, e que também podem vir a ofertar outros tipos de serviços e espaços destinados ao consumo e lazer, como marinas e helipontos particulares, restaurantes, imobiliárias, joalherias, campos de golfe etc.

Japuiba”, onde há uma grande concentração de serviços e comércios, dos quais proporcionam uma maior circulação de pessoas que também podem constituir um mercado em potencial para a venda de drogas no varejo.

A respeito dos bairros Frade e Parque Belém, é preciso ainda destacar que em cada um existe uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o que nos leva a considerar que a quantidade de registros nessas localidades estaria associada a maior presença policial. No entanto, é preciso indagar até que ponto essa presença realmente inibe a atuação do tráfico de drogas, já que no Parque Belém, por exemplo, houve uma grande apreensão de drogas e materiais utilizados pelo tráfico em 2021, que, a nosso ver, demonstra que o bairro serviria como base para a distribuição de drogas para outras localidades controladas pela mesma facção: em matéria publicada pelo Jornal O Dia, no dia 19 de novembro de 2021, verificamos uma apreensão no bairro de 2,5 quilos de pasta base de cocaína, 21 quilos de maconha, quatro balanças de precisão, 50 mil tubos para armazenamento de drogas e 2 mil etiquetas com a sigla de uma facção criminosa e o valor de venda das drogas no varejo.

Figura 6 – Apreensão de drogas por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



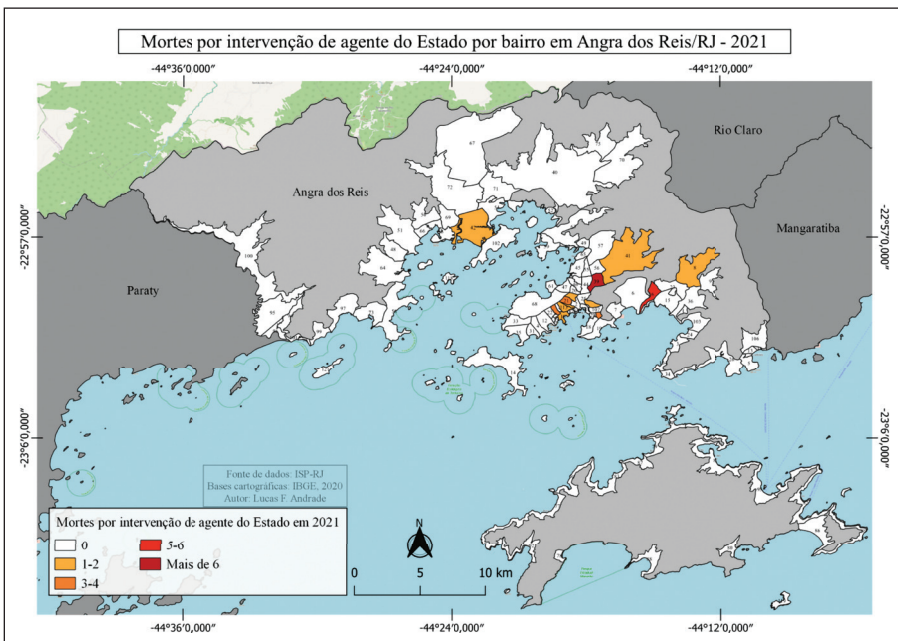
Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

Sobre o questionamento referido acima, nota-se que o mesmo também se torna relevante ao analisarmos as mortes ocasionadas por intervenção de agente do Estado em Angra dos Reis, já que essas ações foram amplamente

destacadas – ao longo de nossas entrevistas – como um dos principais motivos para a redução de crimes associados ao tráfico de drogas na cidade, além das articulações entre as forças de segurança pública e da implantação de unidades policiais em pontos estratégicos mencionadas anteriormente.

Ao mapearmos os autos de resistência ocorridos em 2021 (Figura 7), verificamos que os bairros que mais se destacaram são aqueles que carecem de infraestrutura urbana e apresentam inúmeras vulnerabilidades socioeconômicas, com destaque para Areal (39), Lambicada (16), Sapinhatuba III (108), Morro da Glória I (21) e Morro do Santo Antônio (115). Apesar da recorrência desses registros, em todos esses bairros, o tráfico de drogas permanece exercendo o seu controle territorial com o uso de armamentos bélicos, bem como observado através de nossas idas à campo entre 2021 e 2023. No que concerne o trabalho policial, chamou-nos a atenção, durante algumas entrevistas, falas que descrevem a violência utilizada pela polícia em suas ações, sendo comentado que policiais têm entrado nas comunidades com muita falta de respeito com as pessoas, usando palavras de baixo escalão e, não rara as vezes, adentrando em casas sem a autorização dos moradores, atirando sem que haja resistência por parte de criminosos e praticando outros atos ilegais.

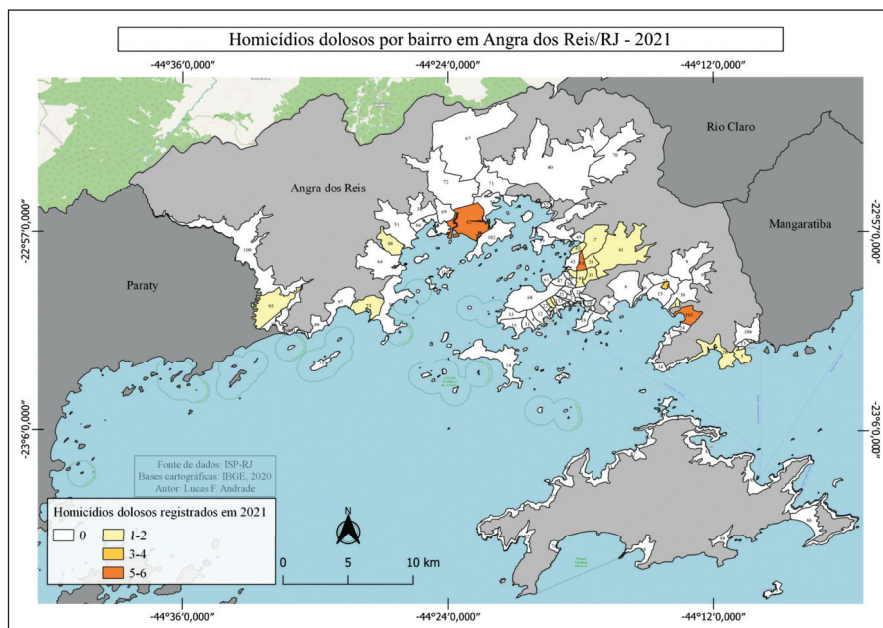
Figura 7 – Morte por intervenção de agente do Estado por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

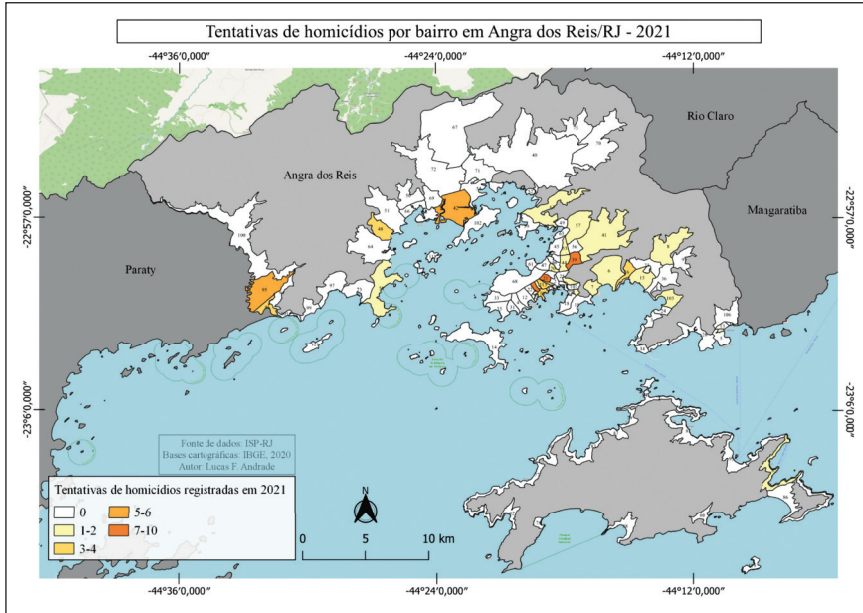
A respeito dos homicídios dolosos e das tentativas de homicídio ocorridas em Angra dos Reis, ambos os Delegados entrevistados enfatizaram a relação desses crimes com o tráfico de drogas, sobretudo em razão das disputas territoriais promovidas entre facções rivais e/ou devido aos acertos de contas realizados pelo “tribunal” do tráfico, ocorrendo majoritariamente em áreas dotadas de alguma carência socioeconômica. Corroborando tal argumento, realizamos o mapeamento dos homicídios dolosos (Figura 8) e das tentativas de homicídio (Figura 9) registradas em 2021: sobre os homicídios mapeados, destacaram-se os bairros Bracuí (42), Japuíba (55) e Monsuaba (103), onde se encontram algumas localidades controladas pelo tráfico de drogas, como as “Casinhas do Bracuí”, o “Morro das Velhas” na Japuíba e o “Vai Quem Quer” na Monsuaba; já no caso das tentativas de homicídio, os bairros que mais apresentaram esse tipo de ocorrência foram o Morro da Glória I (21), Areal (39) e Morro do Santo Antônio (115), sendo estes considerados uns dos principais focos de incursão policial contra a ostensividade armada na cidade.

Figura 8 – Homicídios dolosos por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

Figura 9 – Tentativas de homicídios por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

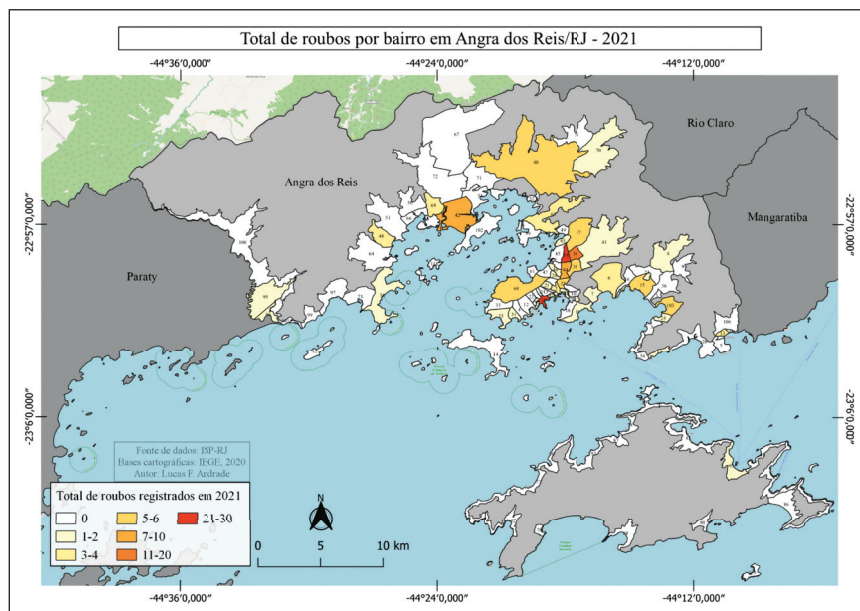
Com relação aos crimes de roubo, os Delegados entrevistados apontaram que esse delito também teria ampla relação com o tráfico de drogas, uma vez que narcotraficantes recorreriam a essas práticas na medida em que seus lucros, extraídos principalmente da venda de drogas, fossem impactados de alguma forma. Ao mapearmos o total de roubos ocorridos em 2021 (Figura 10), destacaram-se os bairros Centro (10), Japuíba (55), Nova Angra (56) e Bracuí (42): em todos esses bairros pôde ser verificado uma grande concentração de serviços e comércio, com uma alta circulação de bens e pessoas – além de imóveis de alto e médio padrão, como no caso do Bracuí²⁸.

Para ambos os Delegados: roubos em geral (como o de celular, por exemplo) ocorreriam, em grande parte, na região central da cidade; já os roubos de carga e de veículos em locais mais afastados do Centro, onde não há um efetivo policial tão grande, sendo a BR-101 e a RJ-155 bastante utilizadas para essas práticas. Segundo o Delegado da Polícia Federal, em razão das dificuldades de fiscalização policial pelo mar, criminosos poderiam vir

28 Não identificamos, em Angra dos Reis, quadrilhas especializadas em roubo de imóveis de alto e médio padrão, sendo bastante reduzido o número de ocorrências associadas a essa prática. No entanto, é preciso salientar que as pessoas que frequentam e/ou habitam esses espaços podem vir se tornar vítimas de roubo, uma vez que o preço de seus bens pode chamar a atenção de criminosos.

a utilizar vias marítimas como rota de fuga em casos de roubo qualificado, especialmente em roubos a caixas eletrônicos²⁹.

Figura 10 – Total de roubos por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

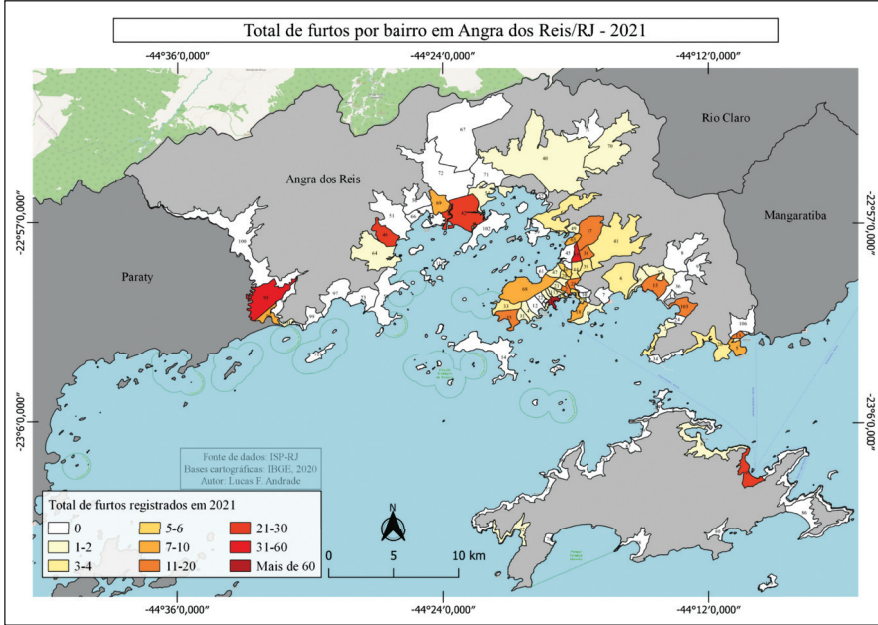
Além das ocorrências até aqui analisadas, foram averiguadas a dinâmica e a espacialização de furtos e lesões corporais, que, apesar de não apresentarem uma forte ligação com o tráfico de drogas, contribuem decisivamente para a sensação de insegurança vivenciada em Angra dos Reis. Sobre os furtos ocorridos na cidade, pôde ser observado, através das entrevistas com os Delegados da Polícia Civil e Federal, que esse tipo de ocorrência ocorre principalmente na região central da cidade – fato este corroborado através das contribuições de Monteiro (2018), que sinaliza que os furtos se concentram principalmente nos bairros mais populosos, onde há maior circulação de pessoas nos espaços da cidade e onde se concentram atividades de comércio, serviços e lazer.

Na Figura 11, foram espacializados os dados referentes ao total de furtos em 2021, onde podemos observar que o Centro (10) se destaca amplamente dos demais bairros, assim como também há números expressivos em bairros

29 A ocorrência de roubos a caixas eletrônicos na cidade se tornou algo tão preocupante nos últimos que, atualmente, poucos bairros da cidade possuem acesso a esse serviço.

que possuem uma grande circulação de bens e pessoas, com de taque para Japuíba (55) e Parque Mambucaba (95).

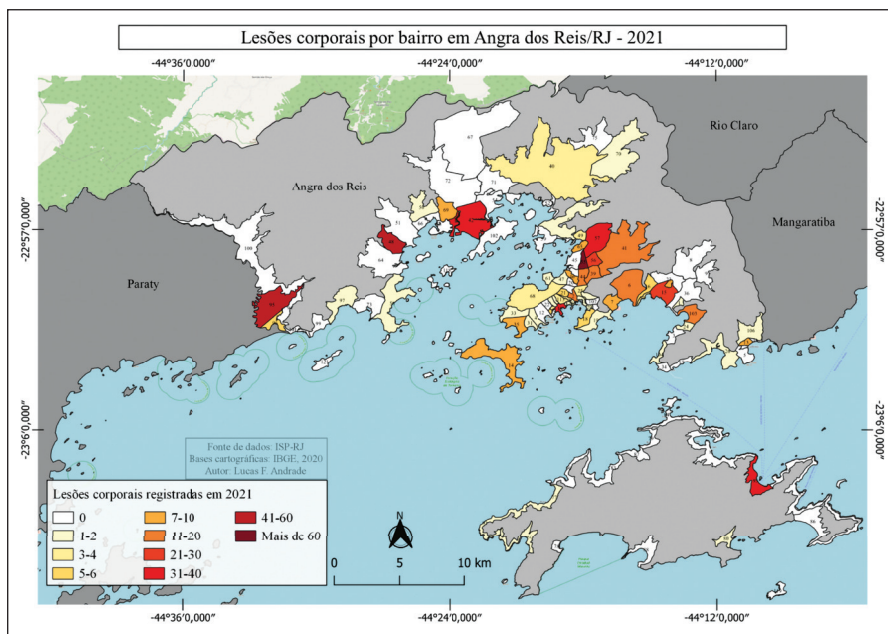
Figura 11 – Total de furtos por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021



Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

No que se refere as ocorrências relacionadas à lesão corporal, pôde ser verificado, durante as entrevistas realizadas com ambos os Delegados, que esse tipo de delito estaria amplamente associado à desavenças familiares, briga entre vizinhos e outros tipos de conflitos relacionais. Ao espacializarmos esses registros em 2021 (Figura 12), verificamos que a Japuíba (55) se sobressai entre os demais bairros, seguido por Parque Mambucaba (95) e Frade (48). Sobre esse tipo de ocorrência, verificamos ainda que o tráfico de drogas interfere de maneira direta e/ou indireta sobre a quantidade de seus registros, especialmente por alguns entrevistados terem relatado que grupos criminosos utilizariam de seu próprio “tribunal” para mediar determinados conflitos ocorridos em seus territórios.

Figura 12 – Lesões corporais por bairro em Angra dos Reis-RJ – 2021

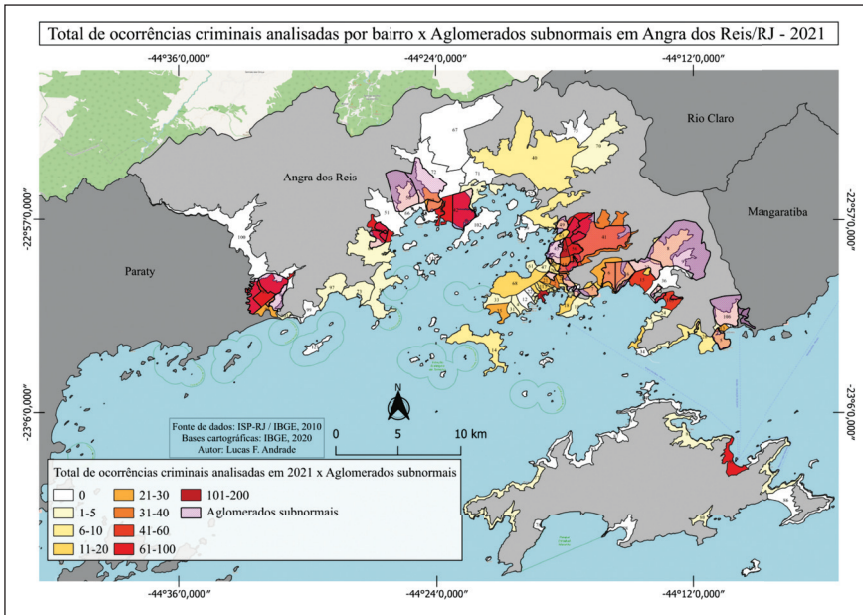


Fonte: ISP-RJ. Org.: Lucas F. Andrade.

Por fim, com o propósito de analisar a relação existente entre os aglomerados subnormais de Angra dos Reis com as ocorrências criminais analisadas nesta pesquisa, foram cruzadas as informações sobre a localização desses aglomerados com os dados disponibilizados pelo ISP-RJ. Conforme observado na Figura 13, onde contabilizamos todas as ocorrências analisadas nesse texto, a maior parte dos bairros da cidade registrou pelo menos um delito, ao passo que as maiores incidências de violência criminal se concentraram nos bairros com maior quantitativo populacional – de acordo com o Censo de 2010 –, bem como naqueles em que há maior circulação de bens e pessoas. Em vista disso, pôde ser analisado que o Centro (10) e a Japuiba (55) se destacaram de maneira considerável dos demais bairros da cidade na classificação do número de crimes, assim como também se destacaram bairros em que há a presença do tráfico de drogas, como nos do Frade (48), Parque Mambucaba (95) e Bracuí (42).

Ainda sobre o mapeamento supracitado, verifica-se que nem todos os aglomerados subnormais possuem um número expressivo de ocorrências, havendo casos em que bairros com um número elevado de domicílios com alta renda apresentaram mais incidência de crimes do que aqueles classificados como aglomerados subnormais, assim como também ocorre ao realizarmos a mesma comparação com alguns morros localizados na região central da cidade. Desse modo, evidencia-se que o problema da criminalidade violenta está diretamente associado ao tráfico de drogas e as desigualdades sociais e espaciais exacerbadas, sendo preciso considerar que a criminalidade se estende por toda a cidade estudada, não sendo confinada somente aos locais mais pobres.

Figura 13 – Total de ocorrências criminais analisadas por bairro x Aglomerados subnormais em Angra dos Reis-RJ, 2021



Fonte: ISP-RJ; IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

A partir das entrevistas com os dois delegados e jornalista, buscamos compreender as possíveis motivações que levam uma pessoa a cometer um determinado tipo de crime, seja este relacionado ou não ao tráfico de drogas. Conforme verificado, a falta de estrutura familiar, social e econômica foi apontada como o principal motivo para a incidência desses delitos, seguida pela falta de investimentos na educação por parte do poder público e pela falta de punições mais severas. No caso do tráfico de drogas, o principal motivo apontado foi o *status* adquirido dentro da comunidade, seguido pela alta rentabilidade

gerada por essas atividades. Nesse sentido, observamos ainda que o perfil das pessoas envolvidas com os crimes estudados é caracterizado, em grande parte, pela baixa renda e pouca escolaridade – com exceção daqueles que traficam drogas sintéticas, que, em geral, são pertencentes às classes média e alta.

Baseando-se em Souza (2008), Melara (2016) e Monteiro (2018), podemos considerar que existe uma produção da insegurança urbana devido à espetacularização da violência criminal nas áreas mais pobres, a qual fomenta um discurso de associação da criminalidade à pobreza. Em Angra dos Reis, podemos observar que a população de alta renda foge da vivência da cidade por medo, preconceito e por *status*, além das grandes belezas naturais da região que contribuem decisivamente para o escapismo da elite e daqueles pertencentes a certas frações da classe média. Já os estratos mais pobres da população, estes se alocam nos morros e encostas da cidade (do lado oposto à praia), sofrendo com os problemas do tráfico de drogas e, por vezes, até das próprias forças de segurança pública, vivendo uma segregação imposta com precárias condições de infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos, emprego e lazer.

Considerações finais

Através da desconcentração industrial e do processo de globalização concebido pelos países hegemônicos a partir do atual estágio capitalista, uma série de reestruturações no espaço urbano de diferentes cidades pelo mundo puderam ser observadas (Harvey, 1989). A partir do século XX, Angra dos Reis passou a ser integrada aos circuitos econômicos nacionais através da construção de rodovias e de infraestrutura urbana proporcionadas por investimentos estatais, bem como, foram desenvolvidos projetos voltados ao aproveitamento turístico da região. Conforme analisado, essas mudanças econômicas acarretaram (e ainda acarretam) diversos conflitos fundiários que envolvem territórios ocupados historicamente por comunidades tradicionais da região (especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas), ao passo que também fomentam a imigração de pessoas de todas as classes sociais para a cidade.

A partir da revisão bibliográfica realizada e da análise de dados primários e secundários, foi possível analisar que, sem o devido acompanhamento por parte do poder público, vetores de crescimento econômico podem resultar em uma gama de problemas e conflitos urbanos, com o aprofundamento de processos atinentes à segregação socioespacial e à insegurança urbana, como vem ocorrendo em Angra dos Reis. Ainda nessa perspectiva, verifica-se que as classes hegemônicas se aliam às políticas de Estado, delineando como e quais grupos vão ocupar determinados espaços dentro da cidade, visando a reprodução de capital e reforçando diferentes processos de desigualdade social

e espacial. Em Angra dos Reis, temos observado que famílias tradicionais da elite regional e empresas multinacionais vêm interferindo diretamente na dinâmica econômica e política do município, concretizando processos desiguais de produção do espaço urbano da cidade.

Apesar de Angra dos Reis ser considerada um importante destino turístico no Brasil, com praias de águas cristalinas distribuídas pelo continente e por 365 ilhas, além de muitos empreendimentos voltados ao turismo náutico e ao mercado imobiliário de luxo, a maior parte da população da cidade pouco acessa a maioria desses espaços, a não ser que seja para trabalhar. A essas pessoas são oferecidas poucas possibilidades de emprego e lazer, e acabam vivendo em condições de infraestrutura urbana e socioeconômicas precárias, que podem favorecer o desenvolvimento de crimes violentos. Tomando cuidado para não associarmos criminalidade à pobreza, é justamente nesse conjunto de violências causada pela aliança formada entre o capital e o Estado que os grupos de indivíduos socialmente mais frágeis ficam expostos às desigualdades urbanas e se tornam mais suscetíveis ao aliciamento de práticas criminosas, seja por necessidade financeira ou qualquer outro motivo, especialmente quando falamos dos crimes relacionados ao tráfico.

Conhecida e famosa por sua exuberante beleza natural, Angra dos Reis também tem sido associada, nos últimos anos, aos problemas relacionados à criminalidade violenta ocorrida em seu espaço urbano, chegando a ocupar a 22ª posição entre os municípios mais violentos do país com mais de 100 mil habitantes³⁰, conforme apontado em estudos divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023. Em meio a esse caos urbano, é preciso que determinados movimentos (como instituições de ensino e não governamentais, comunidades tradicionais da região, associações de moradores etc.) se aliem na busca pelo direito à cidade para toda a população, gerando um posicionamento crítico sobre as decisões tomadas por atores externos à cidade e pela elite local, visando um planejamento urbano que mescle crescimento econômico com equidade social.

30 De acordo com os dados publicados no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), Angra dos Reis apresentou uma taxa de 55,5 mortes violentas a cada 100 mil habitantes em 2022.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cássio Veloso de. **Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo**: um estudo de caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2005.

ADORNO, Sérgio; Cardia, Nancy. Violência, crime e insegurança: há saídas possíveis? *In*: ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy (org.). **Livro Verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

AMARO JR., Jurandir; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; SILVA, Lucas Gentil D. da. “Luta por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (1950-2018)”. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48866>

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e Perspectivas do Papel das Cidades Médias no Planejamento Urbano e Regional. *In*: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Angra dos Reis está na mira da CPI do Narcotráfico. **Diário do Grande ABC**, 28 de fevereiro de 2000. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/380093/angra-dos-reis-esta-na-mira-da-cpi-do-narcotrafico>

DIÁRIO DO VALE. Prefeito pede Exército e diz que Japuíba, Areal, Belém e Frade estão tomados pelo tráfico. **Diário do Vale**, 8 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/>

prefeito-pede-exercito-e-diz-que-japuiiba-areal-beleme-frade-estao-toma-dos-pela-guerra/

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1964-1988)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES JR., Graciano Lourenço Fernandes. A metropolização da criminalidade com a territorialização das UPPS: da migração a expansão. **Revista Tamoios**, ano 12, n. 1, p. 20-42, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/16484/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/ano/2023/>

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

IBGE. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Turis – Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos**. Brasília: Embratur, 1975.

ISP-RJ (2003-2021). **Dados abertos**. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br>

MELARA, Eliane. **Espaços fechados e insegurança urbana**: Loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda (RJ). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

MONTEIRO, Fabiano Dias. Provações no paraíso? Representações e discursos sobre criminalidade urbana em municípios do interior do Rio De Janeiro: o caso de Angra dos Reis”. **Intratextos**, v. 9, n. 1, p. 115-135, 2018.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/viewFile/34018/25829>

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Augusto Vieira de. Territórios-rede do crime organizado no Rio de Janeiro. *In*: 8º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2019. Natal. Anais [...]. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>

O DIA. PM quebra a banca do tráfico do Belém. **O Dia**, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/angra-dos-reis/2021/11/6279461-pm-quebra-a-banca-do-trafico-do-belem.html>

OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – OLERJ. Unidade de Polícia Pacificadora. 2022. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>

RIBEIRO, Irene Chada. **Contradições entre o público, o privado e o comum**: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis-RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, 2017.

RIBEIRO, José Rafael. **Meio ambiente, desenvolvimento e democracia**: sape, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2007.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/88/a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil-relatorio-de-pesquisa>

RUEDIGER, Marco Aurelio. **Interiorização da violência no Rio de Janeiro (2013-2018)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre ‘Ordem’ e ‘Desordem’. **Cadernos de Geociências**, n. 13, p. 161-172, jan./mar. 1995. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7116>

SOUZA, Marcelo Lopes de. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro”. *In*: 22º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 1998. Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anpocs, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt20/gt21-14/5207-msouza-traffic/file>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VICE NEWS. Brasil’s War On Guns & Anti-Acohol Crusaders: VICE News Tonigth Full Episode. **HBO**, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErliEhaN-ns>

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012: os novos padrões de violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.